



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO LUCIANO OLIVEIRA

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 66/2023/GAB/LO

Palmas, 4 de setembro de 2023.

De: Gabinete do Deputado **LUCIANO OLIVEIRA**

Para: Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Assunto: Documentação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria, a documentação exigida para a relatoria do Projeto de Lei nº 343/2023 que institui a Declaração de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do Muiraquitã, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

LUCIANO OLIVEIRA
Deputado Estadual

Recebido em
04-09-2023

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL
TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADES

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUIRAQUITAN também denominada AAGFAM, fundada em 02 de JULHO de 1999 sob a forma de associação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.415.344/0001 - 50, registrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis de GOIANORTE - TO, sob o nº. 110, transcrito no Livro A - 1, FOLHAS 71/81 é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de âmbito regional, sem fins lucrativos, e sem finalidade econômica, de duração indeterminada, de caráter organizacional, representacional, de estudo, defesa e coordenação dos interesses profissionais individuais e coletivos dos Associados e Trabalhadores Rurais, na ativa e aposentados, com base de atuação na região de ARAGUACEMA - TO, sede social na Cidade de Goianorte - TO, e rege-se pela legislação aplicável, pelo presente estatuto social.

ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUIRAQUITAN, também denominada AAGFAM é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter organizacional, representacional, social, assistencial, ambiental, técnico, cultural, e educacional, para fins não econômicos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pela legislação aplicável.

Parágrafo único - A AAGFAM tem patrimônio e personalidade jurídica distinta da dos seus associados, e o seu foro jurídico é na Comarca de Colmeia -TO, estado do Tocantins.

Art. 2º. A AAGFAM tem sede social na "Agrovila", zona rural, município de Goianorte, estado do Tocantins, CEP.77695 - 000, podendo constituir escritórios de representação, filiais e/ou núcleos em outras cidades e unidades da federação, com atuação em qualquer parte do território nacional.

CAPÍTULO II
Das Finalidades

Art. 3º. A AAGFAM tem como objeto e finalidade primordial representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria profissional que representa e os interesses coletivos e individuais dos seus integrantes, relativos à atividade exercida, apoiar e contribuir para o progresso dos associados proporcionando a oportunidade de desenvolver a capacidade de empreendedorismo e liderança, a responsabilidade social, o espírito empresarial e o companheirismo necessários para criar mudanças positivas, por meio do

incentivo, da promoção e da execução de atividades e projetos que visem promover a cidadania e o desenvolvimento sustentável através da implementação de ações na área da assistência social, da cultura, da arte, da produção, da educação formal e não formal, da defesa de direitos, da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, da formação, da capacitação e qualificação social e profissional, da geração de trabalho e renda, de fomento à economia solidária, à comercialização, às finanças e ao micro crédito solidário, da assistência técnica e extensão rural, do combate à fome e à pobreza, da segurança alimentar e nutricional, da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, do turismo, da habitação de interesse social, do desenvolvimento de tecnologias alternativas, da promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, observando sempre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 1º. Para a consecução dos seus objetivos, a AAGFAM poderá elaborar e executar projetos e ações que visem proporcionar conhecimento, motivação, promoção, capacitação e fortalecimento coletivo das estratégias sociais, prioritariamente dirigidos os associados expostos às vulnerabilidades, incluindo a financeira, visando a autonomia econômica, oportunidades em um contexto geral e equidade a todos/as, através das seguintes atividades:

- I. Usar a terra como instrumento de promoção da justiça social;
- II. Promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à violência, independentemente de questões de gênero, cor, credo e posição política;
- III. Promoção e experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, Industrialização, emprego e crédito;
- IV. Debate dos problemas da comunidade, buscando e promovendo realizações tendentes à elevação cívica, moral, cultural e econômica, da comunidade local, regional, nacional e internacional;
- V. Participação individual ou coletiva dos programas internos de capacitação para desenvolver o potencial de liderança empreendedora;
- VI. Desenvolvimento de projetos na área educacional, ambiental e cultural que se convertam em melhorias para a comunidade;
- VII. Propugnar a consolidação das boas relações entre os povos, pela aproximação dos associados e realização de seus ideais;
- VIII. Promoção da integração entre os membros da AAGFAM com os demais membros associados;
- IX. Promoção de cursos, palestras e outras formas de capacitação;
- X. Fomento ao empreendedorismo e negócios;
- XI. Realização de campanhas de trabalhos voluntários, objetivando arrecadar recursos físicos, humanos, financeiros e levantar fundos para auxiliar na manutenção e concretização dos objetivos assistenciais e das políticas sociais da AAGFAM junto às instituições públicas governamentais, entidades e grupos privados, bem como organizações não governamentais (ONG's), nacionais e estrangeiras;
- XII. Participação de feiras e outros eventos associativos de interesse da AAGFAM;
- XIII. Promoção dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administrativa;
- XIV. A promoção da assistência social e do voluntariado;

- XV. A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XVI. Proteger e defender os direitos da mulher, da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice;
- XVII. Promover campanhas destinadas a angariar recursos financeiros e materiais necessários à consecução de seus objetivos, podendo utilizar os serviços de telemarketing;
- XVIII. Celebrar convênios ou contratos com órgãos públicos ou privados, com o intuito de aperfeiçoar a assistência aos vulneráveis;
- XIX. Receber de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, contribuições e doações, em espécie ou em outros bens relacionados com o exercício de suas atividades;
- XX. Estabelecer e fomentar intercâmbio científico com entidades nacionais e internacionais com o mesmo objetivo;
- XXI. Oferecer apoio e condições para a formação e/ou especialização de voluntários e profissionais que integrem a entidade.
- XXII. Combater e denunciar os casos de violência em todos os âmbitos da convivência humana, em especial a exploração infanto-juvenil nas suas mais diversas modalidades, empreendendo a busca da responsabilização e punição de quem a violenta, abusa ou explora;
- XXIII. Combater e denunciar os casos de violência contra a mulher;
- XXIV. Mobilizar a sociedade para denunciar casos de qualquer natureza, inclusive representando os seus assistidos em juízo ou fora deste;
- XXV. Desenvolver programas de capacitação para geração de trabalho e renda para mulheres advindas de famílias de baixa renda e/ou de risco social;
- XXVI. Desenvolver e participar de toda e qualquer atividade que, ligada às suas finalidades estatutárias, represente uma real contribuição para o desenvolvimento da vida em sua concepção mais abrangente;
- XXVII. Promover e defender os direitos da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente;
- XXVIII. Atuar na defesa e na garantia de direitos;
- XXIX. Promover o desenvolvimento econômico, social e o combate à fome e à pobreza;
- XXX. Prestar assessoria e assistência técnica relativas às suas finalidades, nas áreas de produção agropecuária, extrativismo e de processamento e comercialização de frutos nativos do cerrado, produtos agropecuários e afins, a seus associados/assistidos e a comunidades e organizações sociais voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável;
- XXXI. Apoiar a aquisição de insumos, o transporte, a comercialização e o processamento de produtos, bem como envidar esforços para a obtenção de crédito e de quaisquer outros recursos ou serviços que beneficiem os seus associados;
- XXXII. Promover, planejar, coordenar e executar programas e serviços de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social para o aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria das

condições de vida no meio rural, de acordo com as políticas de ação dos Governos Municipais, Estaduais e o Governo Federal;

- XXXIII. Prestar Assistência e Assessoria Técnica, Social, Econômica e Ambiental, em extrativismo e agro extrativismo (ATER e ATES extrativista);
- XXXIV. Fomentar a produção agropecuária familiar e a produção em pequena escala, com o apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ou insumos agropecuários, e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e Peri urbana; Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar;
- XXXV. Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar;
- XXXVI. Articular ações para a disponibilização de patrulhas mecanizadas, com tratores, e implementos agrícolas, veículos para o transporte da produção de seus associados e distribuição de insumos, calcário, etc.;
- XXXVII. Fomentar e apoiar a análise fisoquímica dos solos, promovendo uma estratégia de acompanhamento, monitoramento, conservação dos solos e outrar iniciativas que se articulem com o fomento à produção, correção e melhoria da fertilidade dos solos, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar;
- XXXVIII. Promover e apoiar projetos produtivos na área da produção agropecuária, especialmente da agricultura familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos;
- XXXIX. Apoiar a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes crioulas), e na valorização dos saberes e dos conhecimentos tradicionais;
- XL. Colaborar com os órgãos competentes dos Governos Municipais, Estaduais e do Governo Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;
- XLI. Planejar, organizar, executar e implantar roças, lavouras e hortas comunitárias e/ou individuais, quintais produtivos, como forma de promover a geração de trabalho e renda bem como o fortalecimento da segurança e soberania alimentar e nutricional de famílias de baixa renda, especialmente as mulheres e os jovens;
- XLII. Planejar e implantar e participar de feiras para a comercialização da produção oriunda das atividades das roças, lavouras e hortas comunitárias;
- XLIII. Organizar a comercialização da produção de seus associados;
- XLIV. Promover o desenvolvimento sustentável por meio de ações que objetivem a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, nele incluídos todos os seus biomas;
- XLV. Desenvolver, atuar e promover projetos na área de turismo, em especial o turismo rural
- XLVI. ;
- XLVII. Focar ações que contribuam para o fortalecimento responsável da atividade turística.
- XLVIII. Promover e realizar eventos, programas e publicações de divulgação das suas atividades.
- XLIX. Buscar patrocínio para a realização dos trabalhos da instituição e seus projetos, podendo comercializar o resultado destes patrocínios, cujos recursos apurados serão sempre revertidos à manutenção e aplicação de suas necessidades de sobrevivência e continuidade.

- L. Mobilizar os diversos atores sociais para a promoção de intercâmbio cultural, profissional e turístico, como forma de viabilizar a troca de experiências e a busca por práticas profissionais de excelência.
- LI. Em parceria com os órgãos oficiais de administração do turismo e associações que possuam objetivos comuns, organizar oficinas, cursos, encontros, palestras e debates que promovam o desenvolvimento da atividade em seus diversos setores.
- LII. O desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho ao incentivar o aprendizado, o empreendedorismo, a pesquisa, bem assim a divulgação do pensamento, da arte e do saber a fim de assegurar à educação um padrão de qualidade socialmente referenciado;
- LIII. Ajuda humanitária consistente em atividades destinadas à assistência social à sociedade em geral, em casos de calamidade pública declarados oficialmente ou não pelas autoridades constituídas;
- LIV. Promoção e defesa do direito à moradia, nos termos do artigo 6º. da Constituição Federal e da Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade e da Nova Ordem Urbanística brasileira;
- LV. Desenvolver, apoiar e executar, em parceria com organismos governamentais (Federais, Estaduais e/ou Municipais) ou não governamentais no âmbito do "Programa Habitação de Interesse Social", e/ou outros Programas, projetos e ações com vistas a viabilizar o acesso à moradia adequada, às famílias de baixa renda, tanto no meio urbano quanto rural, incluindo as populações indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, do programa nacional de crédito fundiário, de pescadores artesanais, dentre outros povos e comunidades tradicionais;
- LVI. Prestar assessoria e assistência técnica relativas às suas finalidades, nas áreas de produção agropecuária, extrativismo e de processamento e comercialização de frutos nativos do cerrado, produtos agropecuários e afins, a seus associados/assistidos e a comunidades e organizações sociais voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável;
- LVII. Apoiar a aquisição de insumos, o transporte, a comercialização e o processamento de produtos, bem como enviaar esforços para a obtenção de crédito e de quaisquer outros recursos ou serviços que beneficiem os seus associados;
- LVIII. Promover, planejar, coordenar e executar programas e serviços de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social para o aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria das condições de vida no meio rural, de acordo com as políticas de ação dos Governos Municipais, Estaduais e o Governo Federal;
- LIX. Fomentar a produção agropecuária familiar e a produção em pequena escala, com o apoio de máquinas, tratores e implementos agrícolas e/ou insumos agropecuários, e apoio na organização de roças comunitárias rurais, agricultura urbana e Peri urbana; Promoção e apoio a feiras de comercialização e exposições dos produtos da agricultura familiar;
- LX. Articular ações para a disponibilização de patrulhas mecanizadas, com tratores, e implementos agrícolas, caminhões para o transporte da produção e do seus associados e distribuição de insumos, calcário, etc.;
- LXI. Fomentar e apoiar a análise físi-química dos solos, promovendo uma estratégia de acompanhamento, monitoramento, conservação dos solos e outrar iniciativas que se

articulem com o fomento à produção, correção e melhoria da fertilidade dos solos, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar;

- LXII. Promover e apoiar projetos produtivos na área da produção agropecuária, especialmente da agricultura familiar, auxiliando na elaboração e acompanhamento dos projetos produtivos;
- LXIII. Apoiar a difusão de informações inovadoras e tecnológicas, buscando dar ênfase na conservação de recursos genéticos naturais (sementes crioulas), e na valorização dos saberes e dos conhecimentos tradicionais;
- LXIV. Promoção da inovação social, com o desenho de novos produtos e processos voltados à promoção do desenvolvimento humano, com a participação social nesse processo de desenho bem como na gestão dos produtos gerados;
- LXV. Colaborar com os órgãos competentes dos Governos Municipais, Estaduais e do Governo Federal na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;
- LXVI. Apoiar a publicação de livros, CDS, DVDS, jornais, etc. que estejam relacionados com os seus objetivos sociais;
- LXVII. Promover a qualificação profissional, a valorização e a integração social dos indivíduos excluídos socialmente, em especial a população carcerária, as pessoas com necessidades especiais, os dependentes químicos, os idosos, os jovens, a comunidade negra, os povos indígenas, as mulheres, os jovens em situação de risco social e o desenvolvimento social e intelectual da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- LXVIII. Realizar campanhas educativas e preventivas por meio de eventos educativos, culturais, esportivos, de saúde, do lazer, etc.
- LXIX. Formar e especializar recursos humanos, estimulando o aprimoramento profissional sob todas as formas ao seu alcance, e, principalmente por meio de cursos, treinamentos, palestras, publicações, etc.;
- LXX. Promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da economia solidária.
- LXXI. Incentivar a criação, promover a assessoria, o desenvolvimento e a consolidação de empreendimentos econômicos solidários;
- LXXII. Promover e apoiar ações com vistas ao desenvolvimento sustentável e solidário dos empreendimentos econômicos solidários e da região onde estiverem estabelecidos;
- LXXIII. Prestar assistência, orientação e assessoria técnica a empreendimentos econômicos solidários;
- LXXIV. Promover e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social, geração de trabalho e renda e o combate às desigualdades sociais.
- LXXV. Promover e apoiar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações e dos trabalhadores envolvidos nos diversos empreendimentos econômicos solidários e atividades afins;
- LXXVI. Promover, articular, estimular e participar de outras formas de associativismo no nível local, regional nacional e internacional, visando o alcance dos seus objetivos sociais, bem junto a instituições promotoras e viabilizadoras do desenvolvimento do turismo;
- LXXVII. Incentivar e apoiar a organização de trabalhadores e de populações carentes, desempregados ou grupos em risco de desemprego;
- LXXVIII. Valorizar o artesanato como uma das alternativas para o desenvolvimento econômico-sustentável local e regional;

- LXXIX. Estimular a parceria, o associativismo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais;
- LXXX. Promover a imagem, a divulgação e os produtos turísticos da sua área de abrangência, em especial da comunidade em torno da Agrotins, Palmas, região circunvizinha;
- LXXXI. Promover a capacitação de pessoas que atuem nos diversos negócios que envolvem o turismo no âmbito de sua atuação regional;
- LXXXII. Realizar pesquisas e projetos necessários à viabilização de ações que visem o desenvolvimento do turismo da sua área de abrangência;
- LXXXIII. Promover e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social, geração de trabalho e renda e o combate às desigualdades sociais.
- LXXXIV. Promover ações que visem à geração de trabalho e renda visando beneficiar pessoas carentes, de baixa renda, pequenos empreendedores e trabalhadores em geral;
- LXXXV. Propor e agir em defesa do desenvolvimento sustentável, de conservação e preservação do meio ambiente e do patrimônio genético, cultural e buscar o intercâmbio e colaboração com outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham o mesmo propósito;
- LXXXVI. Favorecer a biodiversidade do cerrado, da floresta e das águas, incentivando de todos os modos a sua preservação;
- LXXXVII. Apoiar e estimular o desenvolvimento sustentável, em particular para o fortalecimento da agricultura familiar, da produção em pequena escala e do extrativismo sustentável orgânico, com base nos princípios da agro ecologia, visando à satisfação das necessidades alimentares, a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população, a proteção dos ecossistemas, a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e do solo, e a minimização das alterações climáticas globais, pelo estímulo à implantação de sistemas agro florestais e da produção orgânica de base ecológica.
- LXXXVIII. Promover o resgate, a valorização e a difusão dos saberes, dos conhecimentos e das experiências tradicionais;
- LXXXIX. Elaborar e executar projetos que visem à captação de recursos materiais e financeiros junto a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações que levem ao desenvolvimento sustentável local e regional;
- XC. Promover a inclusão social através das diversas linguagens artísticas, (teatro, dança, circo, vídeo, cinema, arte educação, música, espetáculos cênicos, musicais) e das modalidades esportivas, como instrumentos de intervenção social;
- XCI. Promover exposições, seminários, palestras, conferências, fóruns, mostras, encontros, colóquios, cursos, oficinas, vivências, festas, celebrações, apresentações artísticas;
- XCII. Contribuir para a formação sócio profissional e/ou cultural da população através da organização, em suas dependências ou fora delas, de eventos públicos e/ou privados de caráter educativo;
- XCIII. Desenvolver projetos específicos de promoção da cultura e o resgate do patrimônio histórico, cultural e artístico nas regiões que atua;
- XCIV. Contribuir para o enriquecimento de acervos bibliográfico e documental, por meio de doações, aquisições e identificação de documentos e coleções de interesse histórico, disponibilizando esse material para consulta pública;

- XCV. Articular-se com órgãos das esferas federal, estaduais e municipais, bem como universidades, centros e institutos de ensino superior e entidades culturais públicas e privadas, no sentido de assegurar a execução de seus fins, planos e programas;
- XCVI. Participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios, termos de cooperação, termos de parcerias e contratos de trabalho com organismos governamentais e não governamentais;
- xcvii. Oferecer à comunidade local e regional em que está inserido, oportunidades de aprimoramento cultural e de promoção humana e socioeconômica por meio de cursos e treinamentos, visando à educação permanente, reciclagem, qualificação e requalificação profissional, atualização de conhecimento para o mundo em competitividade.
- xcviii. Promover serviços de diversão, entretenimento e auxiliares ao desenvolvimento de programas e ações de caráter desportivo, recreativo, de cunho social, cultural e educacional, sem finalidade lucrativa;
- XCIX. Produzir, Promover e executar programas e projetos de formação e qualificação profissional, visando à colocação e recolocação de pessoas no mercado formal de trabalho;
- C. Dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- CI. Promover os valores sociais, culturais e religiosos, próprios da comunidade que representa;
- CII. Implantar e executar, sem finalidade lucrativa, serviços de Provedor Comunitário de Internet, com o objetivo de promover a inclusão digital da comunidade em que está inserida.
- CIII. Oferecer sem finalidade lucrativa, por seus próprios meios ou por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas, cursinhos preparatórios ao ENEM, preparatórios para o Vestibular e preparatório para concursos, como forma de levar aos jovens oriundos de famílias de baixa renda, as condições adequadas à melhoria da sua condição de vida;

§ 2º. Não dispondo em seus quadros sociais de pessoal tecnicamente habilitado e disponível para a realização dos trabalhos contratados, poderá a AAGFAM utilizar-se de serviços de terceiros;

§ 3º. A AAGFAM se constitui como Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos do Art. 2º, I, "a" da Lei 13.019/2014, alterado pela lei 13.204/2015;

§ 4º. A AAGFAM se dedicará, exclusivamente, às finalidades e atividades descritas no presente Estatuto por intermédio da execução direta de seus projetos, programas e planos de ação, e/ou por meio de parcerias com organizações públicas e/ou privados, nacionais e estrangeiras.

Art. 4º. No desenvolvimento de suas atividades e para o alcance dos seus fins sociais A AAGFAM orientar-se-á pelos princípios da gestão democrática, da participação social, do fortalecimento da sociedade civil, da transparência na utilização dos recursos públicos, observando sempre os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e eficácia e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião (Art. 5º. da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015);

Art. 5º. A AAGFAM adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 6º. A AAGFAM não tem caráter político partidário e limitará a sua atuação às suas finalidades previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES DA AAGFAM

Art. 7º. Para a consecução de suas finalidades estatutárias, poderá a AAGFAM desenvolver as seguintes atividades:

- I. Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria profissional que representa e os interesses coletivos e individuais dos seus integrantes, relativos à atividade exercida;
- II. Indicar os representantes da categoria profissional rural, perante órgãos colegiados públicos e privados;
- III. Convocar Congressos, Conferências e Seminários para estabelecer as linhas de atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais e deliberar sobre os interesses maiores da categoria.
- IV. Celebrar convênios, contratos, acordos, termos de parceria e ajustes com instituições, empresas ou universidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sobre assuntos ligados aos seus objetivos, interesses e competências ou outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, empresas ou universidades nacionais ou internacionais, sobre assuntos ligados aos seus interesses e competências;
- V. Elaborar e executar projetos que visem à mobilização e à captação de recursos materiais e financeiros junto a pessoas físicas e jurídicas, organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações que levem ao desenvolvimento sustentável local e regional e para atender aos seus objetivos estatutários;
- VI. Adquirir, alienar bens corpóreos e incorpóreos, móveis, imóveis e semoventes, contrair obrigações e realizar operações com instituições bancárias e financeiras;
- VII. Participar de licitações e concorrências públicas, firmar e cumprir convênios, termos de cooperação, termos de parcerias e contratos de trabalho com organismos governamentais e não governamentais;

CAPÍTULO IV Dos associados

Art. 8º. Poderão ingressar nos quadros sociais da Instituição, todos aqueles que concordem com as disposições deste Estatuto e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir para a consecução dos seus objetivos.

Art. 9º. A AAGFAM possui as seguintes categorias de associados:

- a) **SÓCIOS FUNDADORES:** Aqueles que participaram da assembleia geral de constituição da Entidade, e que tenham assinado a respectiva ata de sua constituição.
- b) **SÓCIOS EFETIVOS:** As que forem incorporadas ao quadro de associados da AAGFAM pela deliberação do Conselho Diretor, Ad referendum da assembleia geral.
- c) **SÓCIOS COLABORADORES:** Pessoas físicas ou jurídicas que contribuem ou contribuíram com a entidade por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento das atividades fins da instituição;
- d) **SÓCIOS HONORÁRIOS:** Pessoas físicas ou jurídicas que por seus feitos, ações e conquistas no âmbito dos objetivos da Entidade, possam ser homenageadas e convidadas a ingressarem no quadro social;

§ 1º. Para ser admitido, o candidato preencherá proposta de admissão fornecida pela instituição;

§ 2º. Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pelo Conselho Diretor, O presidente da Instituição, juntamente com o candidato assinarão o livro/ficha de matrícula.

§ 3º. As categorias de Sócios Colaboradores e Sócios Honorários têm todos os direitos e obrigações inerentes aos demais membros, exceto o de votar e ser votado, conforme determina este estatuto social;

Art. 10. Cumprindo o que atende o artigo anterior, o membro proponente adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da Lei, deste estatuto e das deliberações tomadas pela Instituição, observado o que determina o § 3º. do Art. 9º.

Art. 11. São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo;
- II. Ter acesso às atividades e dependências da Instituição;
- III. Convocar Assembleia Geral, mediante requerimento assinado por vinte por cento dos sócios fundadores e efetivos;
- IV. Apoiar, divulgar, propor e efetivar eventos, programas e propostas de cunho sociocultural, que digam respeito aos objetivos da sociedade;

Art. 12. São deveres de todos os associados:

- I. Trabalhar em prol dos objetivos da sociedade, respeitando os dispositivos estatutários, e regimentais, zelando pelo bom nome da instituição, agindo sempre com ética.
- II. Defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio cultural, o respeito à liberdade de opinião e a diversidade sociocultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos.
- III. Pagar pontualmente contribuições mensais ou anuais e demais taxas, exceto os sócios colaboradores e os sócios honorários.
- IV. Participar de todas as atividades desenvolvidas pela instituição, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas.
- V. Respeitar os compromissos assumidos para com a instituição;

- VI. Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para preservar o nome e o progresso da instituição;
- VII. Prestar serviços profissionais, dentro da sua especialidade, quando convocado e nos termos estabelecidos nos programas, projetos ou qualquer outra atividade que for executada e que combine com os objetivos da Instituição;
- VIII. Zelar pelo patrimônio moral e material da instituição.

Art. 13. A demissão do membro, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido, mediante expediente dirigido O presidente, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho Diretor em sua primeira reunião, averbado no livro/ficha de matrícula, mediante termo assinado pelo presidente.

Parágrafo Único - Além dos motivos de direito, a Conselho Diretor eliminará o membro que:

- I. Venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à instituição, ou que colida com os seus objetivos;
- II. Deixe de exercer na área de ação da Instituição, atividades que lhe são facultadas;
- III. Deixe reiteradamente de cumprir disposição legal, estatutária ou regimental, bem como as deliberações tomadas pelos órgãos da Instituição.
- IV. Faltar a três reuniões consecutivas, sem justificativa previamente oficializada ao Conselho Diretor;

Art. 14. A eliminação será decidida pelo Conselho Diretor somente depois de 02 (duas) notificações ao membro atingido, e o que a ocasionou deverá constar do termo lavrado no livro-ficha de matrícula e assinado pelo presidente.

§1º. O atingido poderá dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso suspensivo para a primeira reunião do Conselho Diretor.

§2º. A eliminação considerar-se-á definitiva se a associada não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 15. A exclusão do membro ocorrerá por dissolução da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

Art. 16. Os associados, independentemente da categoria a que pertençam não respondem subsidiária, nem solidariamente pelas obrigações assumidas pela MUIRAQUITÃ não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados;

CAPÍTULO V
Da Estrutura Orgânica
CAPÍTULO V
Dos Órgãos de Decisão, Administração e Execução

Art. 17. A AAGFAM terá a seguinte estrutura orgânica:

I) Órgãos de Decisão, Direção e Administração:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho Diretor;
- c) Conselho Fiscal.

II) Órgãos de Execução:

- a) Secretário Executivo;
- b) Tesouraria;

Parágrafo único – A seu critério, e de acordo com as necessidades, poderá o Conselho Diretor criar outros órgãos, inclusive órgãos auxiliares o Secretário Executivo, à Tesouraria, ao próprio Conselho, etc., cujos ocupantes dos cargos criados serão de sua livre escolha e nomeação, os quais serão subordinados diretamente ao próprio Conselho Diretor. O Secretário executivo, à Tesouraria, etc., consistindo, as assessorias, cargos consultivos técnicos, que deverão ser ouvidos nas questões de suas respectivas competências.

Seção I

Dos Órgãos de Decisão Da Assembleia Geral

Art. 18. A Assembleia Geral dos membros, que poderá ser realizada de modo presencial ou remotamente (online), poderá ser ordinária ou extraordinária é o órgão supremo da instituição, e se constituirá tão somente dos associados com direito a voto, em pleno gozo dos seus direitos estatutários, tendo poderes dentro dos limites legais e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse da Entidade, e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 19. A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo presidente do Conselho Diretor, sendo por ela presidida.

§ 1º. Vinte por cento dos membros em condição de votar podem requerer o presidente a sua convocação e, em caso de recusa, convocá-la elas próprias.

§ 2º. O Conselho Fiscal poderá convocá-la, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 20. Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as assembleias gerais serão convocadas com uma antecipação mínima de 10 (dez) dias. Na hipótese de não haver quórum para a primeira convocação, a assembleia realizar-se-á meia hora após, com qualquer número de associados, em segunda e última chamada.

Parágrafo único. As duas convocações poderão ser feitas em um único Edital, desde que dele constem expressamente os prazos para cada uma.

Art. 21. Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

- I. A denominação da Instituição, seguida apela expressão "Convocação de Assembleia Geral" ordinária ou extraordinária;

9

- II. Dia, hora, assim como o local desta realização, o qual, salvo motivo justificado deve ser sempre o da sua sede social;
- III. A sequência numérica da convocação;
- IV. A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V. Número de membros existentes, na data da sua expedição, para efeito do cálculo do quórum de instalação;

§ 1º. No caso de a convocação ser feita por membros, o edital será assinado no mínimo pelos cinco primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º. Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas principais dependências da instituição, publicado através de jornal de circulação local, e/ou comunicado por circulares aos membros.

Art. 22. O quórum mínimo para instalação da Assembleia Geral será o seguinte:

- I. Metade mais um dos membros em condição de votar na primeira convocação;
- II. Qualquer número de membros em condição de votar para a segunda e última convocação;

Parágrafo único - O número de membros presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas dos mesmos, constantes do livro/lista de presenças.

Art. 23. Os trabalhos das Assembleias Gerais não convocadas pelo presidente serão dirigidos por membros escolhidos na ocasião;

Art. 24. Nas Assembleias em que forem discutidos balanços e contas, o presidente do Conselho Diretor, logo após a leitura do relatório de gestão, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um membro para dirigir os debates e a votação da matéria.

Parágrafo único – Transmitida a direção dos trabalhos, o presidente e os demais membros deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da assembleia para os esclarecimentos que se fizerem necessária.

Art. 25. As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que nele tiverem direta e imediata relação.

§ 1º. Habitualmente a votação será a descoberto, mas a assembleia poderá optar pelo voto secreto, atendendo então às normas usuais.

§ 2º. O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar na ata circunstanciada, lida aprovada e assinada no final dos trabalhos, pelos Diretores e fiscais presentes, e por todos aqueles que o queiram fazer;

§ 3º. As decisões das Assembleias Gerais serão tomadas pelo voto pessoal dos presentes com direito a voto, tendo cada membro direito a um só voto, vedada a representação.

Art. 26. A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, após o encerramento do ano social, cabendo-lhe especificamente:

- I. Deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal;
- II. Eleição dos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;
- III. Deliberar sobre os planos de trabalho e orçamento apresentados pelo Conselho Diretor;

Parágrafo Único – As deliberações da Assembleia Geral Ordinária são tomadas pela maioria simples de votos, observado o que dispõe este Estatuto;

Art. 27. A aprovação do balanço, das contas e do relatório de gestão desonera as integrantes da direção da responsabilidade para com a entidade, salvo em caso de dolo, erro ou fraude.

Art. 28. A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário, com poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Instituição, desde que constem do edital de convocação, sendo de sua competência exclusiva, deliberar sobre:

- I. Reforma do Estatuto;
- II. Destituição do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal;
- III. Fusão, incorporação ou desmembramento;
- IV. Mudanças de objetivos;
- V. Dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;
- VI. Aprovação das contas do liquidante;

Parágrafo único: São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos membros presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata o item "(V)" deste artigo.

Do Conselho Diretor

Art. 29. O Conselho Diretor será composto por 05 (cinco) membros, todos com a denominação de "Conselheiros Diretores", sendo 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, eleitos em Assembleia Geral, especialmente convocada para tal fim, para cumprirem um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

§ 1º. Os conselheiros Diretores titulares escolherão entre si um Presidente e um Vice-Presidente, para cumprirem um mandato de 04 anos permitida a reeleição.

§ 2º. Na eventualidade de um dos conselheiros Diretores vier a assumir cargo em órgãos de execução da AAGFAM, este será substituído pelo Conselheiro Diretor Suplente, sendo que o indicado exercerá o cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

Art. 30. Ao Conselho Diretor, compete:

- I. Zelar pela fidelidade à ideia que presidiu a criação da Instituição;
- II. Eleger o presidente e a Vice-Presidente da instituição;
- III. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

- IV. Apresentar para a aprovação da assembleia geral o orçamento-programa do ano subsequente;
- V. Apresentar a assembleia geral o relatório e as contas anuais da AAGFAM;
- VI. Discutir e votar quaisquer assuntos de interesse geral;
- VII. Propor a reforma do presente Estatuto Social;
- VIII. Deliberar sobre a guarda, aplicação e movimentação dos bens da Instituição;
- IX. Deliberar sobre o quadro funcional, sujeito à legislação trabalhista;
- X. Deliberar sobre a abertura e encerramento de núcleos ou escritórios locais ou regionais da AAGFAM em qualquer parte do Território Nacional;
- XI. Deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração dos bens da entidade, bem como sobre aceitação de doações, subsídios e legados, *ad referendum* da assembleia geral;
- XII. Ratificar a indicação, pelo presidente, do Secretário Executivo, do Tesoureiro, dos seus auxiliares, bem como as atribuições a elas delegadas;

Art. 31. O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou por solicitação da maioria de seus membros, ou do Conselho Fiscal, conforme determinação estatutária.

Art. 32. Compete o presidente do Conselho Diretor:

- I. Representar a AAGFAM ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, ou promover-lhe a representação;
- II. Convocar o Conselho Diretor;
- III. Dirigir e supervisionar os serviços da AAGFAM;
- IV. Assegurar a gestão administrativa da AAGFAM; indicar e nomear os membros do Secretário Executivo, da Tesouraria, etc., e seus auxiliares;
- V. Praticar os atos relativos à administração da AAGFAM inclusive em relação a empregados ou prestadores de serviços autônomos;
- VI. Abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assinando conjuntamente Tesoureiro, e na ausência deste, com o Secretário Executivo;
- VII. Assinar ajustes, convênios, contratos, parcerias ou quaisquer atos dessa natureza;
- VIII. Apresentar anualmente as contas e o orçamento-programa da AAGFAM a assembleia geral;
- IX. Indicar e nomear, "*ad referendum*" do Conselho Diretor o Secretário (a) Executivo (a), o Tesoureiro (a), e seus auxiliares, quando for o caso;
- X. Designar substituto (a) para o Secretário (a). Executivo (a), e para o Tesoureiro (a), no caso de suas ausências ou impedimentos eventuais;
- XI. Outorgar procuração com vigência indeterminada no caso de finalidade judicial e com vigência determinada nos demais casos.

Art. 33. Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o presidente, na sua ausência ou impedimento;
- II. Colaborar com o presidente, nas atribuições administrativas que lhe forem confiadas;

Do Conselho Fiscal

Art. 34. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno da AAGFAM será composto por 05 membros, sendo 03 titulares e 02 suplentes, eleitos em assembleia geral, para um mandato idêntico ao do Conselho Diretor.

Art. 35. Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Examinar, sem restrições, a todo o tempo, os livros contábeis e quaisquer outros documentos da AAGFAM;
- II. Comunicar ao Conselho Diretor erros, fraudes ou delitos que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da AAGFAM;
- III. Opinar sobre:
 - a) As demonstrações contábeis da AAGFAM demais dados concernentes à prestação de contas;
 - b) O balancete semestral;
 - c) Aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes a Instituição;
 - d) O relatório anual circunstanciado pertinente às atividades da AAGFAM e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Diretor;
 - e) O orçamento anual ou plurianual da AAGFAM programas e projetos relativos às atividades da Entidade, sob o aspecto da viabilidade econômico-financeira.

Parágrafo único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada três (3) meses e extraordinariamente sempre que necessário ou quando convocado pelo Conselho Diretor.

Seção II

Dos Órgãos de Execução

Do Secretário Executivo

Art. 36. O Secretário Executivo, órgão responsável pelas ações de execução, administração e representação da AAGFAM será dirigida por um Secretário Executivo, indicado e nomeado pelo presidente Conselho Diretor, *ad referendum* do Conselho, que integrará o quadro permanente de servidoras da AAGFAM;

Art. 37. O Secretário Executivo compete:

- I. Executar e supervisionar as atividades da AAGFAM dentro das metas definidas pelo Conselho Diretor;
- II. Aprovar e dar conhecimento ao Conselho Diretor dos critérios de determinação dos valores dos serviços e produtos objeto das atividades da AAGFAM;
- III. Expedir normas internas da AAGFAM na esfera de sua competência, submetendo-as previamente ao Conselho Diretor;
- IV. Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações, bem como fixar diretrizes de salários, vantagens e outras compensações de seu pessoal, mediante anuência do Conselho Diretor;
- V. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as decisões emanadas do Conselho Diretor;

- VI. Elaborar e submeter ao Conselho Diretor proposta para o plano anual de trabalho da AAGFAM executando o programa anual das atividades;
- VII. Elaborar e apresentar ao Conselho Diretor o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- VIII. Admitir, promover, punir, transferir e dispensar empregados da AAGFAM respeitando o disposto neste Estatuto e nas normas regimentais vigentes, bem como as orientações do Conselho Diretor;
- IX. Assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da AAGFAM juntamente com o presidente do Conselho Diretor;
- X. Entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no país como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- XI. Contratar serviços de assessoria e consultoria especializada de interesse da AAGFAM mediante anuência do Conselho Diretor;
- XII. Cumprir e fazer cumprir disposições estatutárias e regimentais, bem como as deliberações do Conselho Diretor;
- XIII. Representar a AAGFAM judicial e extrajudicialmente, por delegação do presidente do Conselho Diretor;
- XIV. Assinar convênios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordos, necessários à consecução dos objetivos da AAGFAM respeitando as diretrizes e determinações superiores;
- XV. Manter contatos e desenvolver atividades junto a entidades públicas ou privadas, para obtenção de recursos, bem como estabelecer ajustes, a fim de atender os objetivos da AAGFAM;
- XVI. Expedir normas de interesse, na esfera de sua competência;
- XVII. Assinar, na ausência ou impedimentos do presidente do Conselho Diretor, em conjunto com o Tesoureiro, todos os cheques e documentos emitidos pela AAGFAM;
- XVIII. Contratar serviços de assessoria e consultoria especializada de interesse da AAGFAM mediante anuência do Conselho Diretor;

Da Tesouraria

Art. 38. A Tesouraria é o órgão responsável pelo acompanhamento e controle das atividades financeiras da AAGFAM e será dirigido por um tesoureiro, indicada e nomeada pelo presidente Conselho Diretor, ad referendum do Conselho, que integrará o quadro permanente de servidores da Associação;

Art. 39. Ao Tesoureiro compete:

- I. Exercer o controle administrativo e fiscal da AAGFAM;
- II. Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados ao Instituto, mantendo em dia a escrituração;
- III. Efetuar os pagamentos de todas as obrigações da AAGFAM;
- IV. Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da AAGFAM contratados junto a profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

- V. Apresentar relatórios de receitas e despesas o Secretário Executivo, sempre que forem solicitadas;
- VI. Apresentar o relatório financeiro o Secretário Executivo, para ser submetido ao Conselho Fiscal e ao Conselho Diretor;
- VII. Apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- VIII. Elaborar e publicar anualmente a prestação de contas com o balanço da AAGFAM referentes ao período findo, apresentando-os ao Secretário Executivo, para posterior análise do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor;
- IX. Elaborar, com base no orçamento relativo a cada exercício, proposta orçamentária para o exercício seguinte, enviando-o ao Secretário Executivo, para posterior análise do Conselho Diretor;
- X. Promover e assinar a movimentação contábil e financeira da AAGFAM até mesmo quanto à aplicação em instituições de crédito oficiais;
- XI. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, salvaguardados apenas valores pequenos suficientes à cobertura de pequenas despesas;
- XII. Conservar sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos relativos à tesouraria;
- XIII. Movimentar contas bancárias e assinar, em conjunto com o presidente do Conselho Diretor, e na ausência deste, com o Secretário Executivo, todos os cheques e outros documentos emitidos pela Instituição.
- XIV. Manter o Secretário Executivo informado sobre toda a movimentação contábil e financeira da Entidade;

Capítulo VIII

Do Patrimônio

Art. 40. O patrimônio da AAGFAM é constituído por bens de sua propriedade, por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados, por auxílios, doações ou subvenções feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, pelas receitas provenientes da contribuição de seus associados, da prestação de serviços e convênios.

Art. 41. Os bens e direitos da AAGFAM somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos.

Parágrafo Único: Caberá ao Conselho Diretor aprovar a alienação de bens imóveis incorporados ao patrimônio e aquisição de novos bens e direitos e, ainda aprovar a permuta vantajosa à associação, ad referendum da Assembleia geral.

CAPÍTULO IX

Dos Recursos Financeiros

Art. 42. Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- I. Prestações de serviços;
- II. Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- III. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e estrangeiras;
- IV. Doações, legados e heranças;
- V. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- VI. Contribuições dos associados;
- VII. Recebimentos de direitos autorais, etc.

CAPITULO X

Da Contabilidade e Prestação de Contas

Art. 43. A Contabilidade e a prestação de contas da Instituição observarão as seguintes normas:

- I. Princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XI

Dos Livros, Folhas Soltas e Fichas

Art. 44. A Instituição deverá ter:

- I. Livro de Matrícula de membros;
- II. De atas das Assembleias Gerais;
- III. De atas das Reuniões do Conselho Diretor;
- IV. De Atas do Conselho Fiscal;
- V. De presença dos membros às Assembleias Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios;

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros, folhas soltas ou fichas;

Art. 45. No livro/ficha de matrícula os membros serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

9

- I. Nome, RG, CPF, Nº.do Registro Profissional quando houver, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e endereço residencial;
- II. A data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão.

CAPÍTULO XII **Da Dissolução**

Art. 46. A instituição será dissolvida por vontade manifesta em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observado o disposto neste Estatuto, ou por decisão;

Art. 47. Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os seus membros, sendo doada a instituição congênere, sediada no mesmo município, legalmente constituída, em atividade, para ser aplicada nas mesmas finalidades da entidade dissolvida.

CAPITULO XIII **Das Disposições Gerais**

Art. 48. Poderão ser contratados e remunerados, sem deliberação da assembleia Geral, a critério da Diretoria Executiva, funcionários administrativos, consultores e técnicos mesmo que tenham "status" de Diretores.

Art. 49. A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela assembleia Geral, e Ordens Executivas ou Portarias, emitidas pelo Conselho Diretor;

Parágrafo Único - O Conselho Diretor normatizará o procedimento eleitoral da entidade.

Art. 50. A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 51. Na hipótese da instituição conseguir e vier a perder o título de OSCIP, instituído pela Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei.

Art. 52. Os atos de compra e venda e quaisquer outros que envolvam o patrimônio da AAGFAM como também os contratos que acarretem responsabilidades financeiras, deverão ter prévia anuência do Conselho Diretor, Ad referendum da assembleia Geral.

Art. 53. A AAGFAM não distribuirá lucros, vantagens, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio a dirigentes, associados, colaboradores, etc., sob nenhuma forma de pretexto ou hipótese.

Parágrafo Único: Todo o eventual superávit será reaplicado no desenvolvimento dos objetivos fins da instituição.

Art. 54. Fica eleito o foro da Comarca de ARAGUACEMA estado do Tocantins, para dirimir qualquer dúvida que emergir do presente Estatuto.

Art. 55. O presente Estatuto Social foi aprovado em assembleia Geral realizada nesta data e entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

Art. 56. Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Diretor, Ad referendum da assembleia Geral.

Goianorte - TO, 15 de maio de 2021.

Adão Nazare' Martins
Presidente

 CAB/TO 1.533
Advogado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE TOCANTINS
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE GOIANORTE
Av. Tiradentes, s/n.º - Centro - CEP: 77.695-000 - Goianorte-TO
Fone: (63) 3424-1114 | tabelionatoaguaiar@yahoo.com.br

PESSOAS JURIDICAS - Livro A

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro A - 7, protocolizado e digitalizado sob o nº 260, averbado a margem do Registro nº 109 - AV - 006, às fls. 142/152. Dou fé. Goianorte-TO 16/06/2021.

Selo Digital: 128207AAA069929-GMW

KESIA DA SILVA AGUIAR
Sub-Oficial

Kesia da Silva Aguiar
Sub-Oficial



Ata de reunião em Assembleia geral Ordinária da Associação dos Agricultores Familiares (AAGFAM), que ocorreu na data de 29/05/2021, vinte e nove de maio de dois mil e vinte e um às 09:00 hs no galpão sede da associação, na rua 02, Quadra 07 lote 12 na Agrovila município de Goianorte- TO, com finalidade de realizar eleições e posse do conselho diretor e do conselho fiscal, conforme a publicação do Edital de convocação que foi publicado à partir do dia 30/04/2021. A reunião em assembléia geral teria como objetivo realizar eleições dia 15/05/2021 às 14:30 hs, mas por motivo de circunstâncias eleitorais foi adiada para a data de hoje, afim de conceder oportunidade e prazo para voluntários que se interessarem a formar chapa para concorrer com a diretoria atual, que seriam candidatos à reeleição como chapa única. Neste ato compareceu o Sr. Antônio Carlos Portela Messias, demonstrando interesse de concorrer as eleições. O Sr. Adão Nazaré Martins atual presidente, presidiu a reunião cumprimentando a todos os presentes com "Bom dia", a seguir convidou-os para uma leitura Bíblica no livro de II crônicas Cap.1º ver. 7-13, seguida com uma oração, logo após foi apresentado o Edital e falou-se sobre a alteração da data da reunião, possibilitando a participação do candidato concorrente acima citado, onde o atual presidente é representante da chapa 1 e o concorrente é representante da chapa 2. O atual presidente destacou que as eleições ocorrerá através de votações em cédulas postas em urna, prosseguindo com a reunião, o celebrante da Assembleia geral fez a apresentação da sua chapa formada e apresentou a diretoria da chapa 1, bem como o concorrente da eleição representante da chapa 2. Apresentaria sua diretoria, a seguir foi realizado o procedimento eleitoral. No início do período da votação o candidato Sr. Antônio Carlos Portela Messias, preferiu desistir de sua candidatura e não houve a apresentação da chapa, mesmo assim a Assembleia geral efetuou os votos utilizando as duas chapas para não desvincular do propósito das eleições, que seriam eleições de forma democrática. Após todos votarem e conferido os votos, foi eleita a chapa 1 do candidato Adão Nazaré Martins com o total de 73 votos e a chapa 2 obteve 4 votos. Neste ato a diretoria da (AAGFAM), chapa eleita encabeçada pelo presidente: Adão Nazaré Martins 793.927.411-20; vice presidente: Manoel Bonfim Lopes Sampaio cpf 959.728.031-00; Secretária: Eva Alves da Silva cpf: 762.123.432-68; Tesoureiro: Gilson Ferreira dos Santos cpf: 990.436.701-97; 1º Suplente: Elisângela Pereira Rodrigues cpf: 990.436.371-49; 2º Suplente: Gonçalo Barbosa de Sousa cpf: 011.011.051-00; 1º Fiscal: Januário Fernandes de Sousa cpf: 013.282.021-86; 2º fiscal: Maria Amélia Pereira da Silva cpf: 566.778.121-20; 3º fiscal: Welington Augustinho de Oliveira cpf: 589.555.181-53; 1º suplente do cons. Fiscal: Jadir Damacena Maciel cpf:

☐ Doraciça Borges da Silva Aguiar - Tabelião ☒ Elvécia da Silva Aguiar - Tabelião Substituta ☐ Dalcy de Sousa Silva - Escrevente

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é a reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de 18/11/1994. Dou Fé. Selo Digital: 128207/AA-A09/964-XQU
Goianorte-TO, 22 de maio de 2023.



852.952.301-63; 2º suplente do cons. Fiscal: Edimar Evangelista da Costa cpf: 033.877.511-57; 3º suplente do cons. Fiscal: Rute José de Moarais cpf: 940.623.151-49. Tendo concluído a processo eleitoral o presidente da diretoria ora escolhida declarou a mesma eleita e empossada, e que o período de mandato será no quadriênio de 2021 a 2025, não tendo nada mais a tratar, o presidente agradece a todos. Eu Eva Alves da Silva 2º secretária da diretoria anterior que lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim pelo presidente e pelos demais presentes.

Eva Alves da Silva Adão Nazare' Mar
Toms mais-José da Silva Luciene Soares Alves
Gilson Ferreira dos Santos, Keline Célia
J da Costa Fernandes, Eramia de Jesus Costa
Edimar Evangelista da Costa, Luciene R. dos Santos
Eulda Virginia R. de Oliveira Welli-
ngton A. Oliveira, WILSON TUGO COSTA GOMES
Guillem Karoline Rodrigues de Oliveira, Gonçalo
Barbosa de Sousa, Luiz Carlos R. dos
Santos, Lusineide Rodrigues dos Santos,
Raimundo José de Souza Joaquin
Pereira Barbosa, Marlene Pereira Almeida Barros
Gerolde Kélvio Cândido Fleury Castro de Sousa Maria
Amélia Pereira dos Santos Valdeci Bez Belizina
Meyreia Fernandes da Silva, Antônio Rodrigues
Elaine Belferre Moura, Desani Dourado
Raimundo Santana Barros, Isaldina R. dos
Santos, Isabel Barbosa Martins, Martinho
Teles da LUZ, Erick do Carmo Moura,
Mariane Fatima da Costa, Rosalino
Soares Lima, Mariana Bento da Silva, Lu-
ceni de Sousa, Moura, Marcos Antonio
de Miranda, Berezina Barbosa dos Santos
Zilmar dos Santos Ribeiro, Jirlei L. de Costa
Francis Bomfim Soares Sousa
Luziani Mior da Silva, Sebastião Vieira de
Souza, Maria Lda, Eli Costa de Oliveira
Sebastião Pereira Costa, Daniel A. dos San-
tos, Genival Francisco da Silva, Edna
Evangelista da Costa Maciel, José
Bueno Sousa Juracy Dias Luciano

☐ Dorcilene Borges da Silva Aguiar - Tabelião ☐ Marcela da Silva Aguiar - Tabelião Substituto ☐ Maíres de Sousa Silva - Escrevente



AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é a
reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Lei nº 8.933 de
18/11/1994. Dou Fe. Selo Digital: 128207AAA097966-HNX
Goiânia-TO, 22 de maio de 2023.

Manoel Pereira da Silva - Vere-
cor - Santos milhomens - Jurema
Conselheiro do Sr. Nide Santos da Silva
Albérico da Silva - Vere-
cor - Almeida - Eusângela Pereira Rodrigues - Jodir
Demarcena Naciel José Chaves da Costa
Adão Lima da Silva, Assuar Alves de
Paula Maria Paulina Rodrigues de Sousa
Daimir de Albuquerque de Sousa
Maria da Conceição de Souza - Ruth Jose
de Moraes - José dos Anjos de Sousa - Beroni-
ce de Aguiar Castro - Ceilên Castro - Sou-
za - Jonuário Fernando de Sousa - Sidney Mo-
guel dos Santos - Adelson Araújo - Mateus Escrivão
A Reunião às 10:30 hs com 73 Assinaturas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE TOCANTINS
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE GOIANORTE
Av. Tiradentes, s/n.º - Centro - CEP: 77.695-000 - Goianorte-TO
Fone: (63)3424-1114 | tabelionatoaguiar@yahoo.com.br

PESSOAS JURIDICAS - Livro A

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro A - 7, protocolizado e digitalizado
sob o nº 261, averbado a margem do Registro nº 109 - AV - 007, às fls. 153/154. Dou
fé. Goianorte-TO 16/06/2021.

Selo Digital: 128207AAA069930-YMQ



KESIA DA SILVA AGUIAR
Sub-Oficial
Kesia da Silva Aguiar
Sub-Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE TOCANTINS
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE GOIANORTE
Av. Tiradentes, 287 - Centro - CEP: 77.695-000 - Goianorte-TO
Fone: (63)3424-1114 | tabelionatoaguiar@yahoo.com.br
Controle: 220058154-5147

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que é a
reprodução fiel do documento que me foi apresentado. Lei nº 8.935 de
18/11/1994. Dou Fé. Selo Digital: 128207AAA097965-TTG
Goianorte-TO, 22 de maio de 2023.



☐ Doralucia Borges da Silva Aguiar - Tabeliã ☒ Kesia da Silva Aguiar - Tabeliã Substituta ☐ Aldecy de Sousa Silva - Escrevente